

CAMPO DE DISPUTA NA POLÍTICA DO MDB (1975-78)

Flávia Amorim Souza¹

Resumo:

Para este texto faremos uma breve leitura sobre o campo de disputa no MDB, entre 1975-78, período da “distensão lenta, gradual e segura”, do general Geisel. Nesta conjuntura os grupos internos do MDB disputavam como direcioná-lo. Os *moderados* exigiam uma atuação cautelosa para não confrontar o governo e garantir a abertura política via militares. O grupo *autênticos*, principalmente, na perspectiva de um dos principais líderes, Francisco Pinto, via o discurso governamental da abertura como um apaziguador de confrontos, e acreditava que os *autênticos* deveriam pressionar o partido para uma posição mais contundente de oposição à ditadura, assim disputavam as ideias e os cargos partidários, ao mesmo tempo sofriam os embates com a repressão do governo e do próprio partido. Nesse sentido se configuravam as disputas no MDB.

Palavras-chave: MDB; Ditadura Militar; Política

Introdução:

Este texto é resultante da pesquisa que se desenvolve no Mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, em um projeto que tem por objetivo analisar a trajetória política de Francisco Pinto enquanto membro do chamado grupo *autênticos* do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Congresso Nacional, na tomada de posição contrária a Ditadura Civil/Militar, e na construção do *campo político* brasileiro no período entre 1971 e 1982.

Francisco Pinto, político feirense se projetou nacionalmente como deputado federal em 1971, e nos interessou como objeto de pesquisa por conta da sua atuação com os *autênticos*. Um grupo de deputados que adentrou no MDB com a finalidade de construir uma oposição ao regime militar, denunciando em seus discursos, no Congresso, as corrupções e o ideal de modelo político ditatorial adotado desde 1964. Os *autênticos* denunciavam uma ditadura que se camuflava de uma democracia, ou pelo menos tentava propagandear isso na opinião pública. O próprio partido, MDB, foi criado com este objetivo.

Para entender a trajetória de Francisco Pinto junto aos *autênticos* nos interessa debater os objetivos do grupo, estratégias adotadas, enfim, qual a posição destes políticos dentro do *campo político*² brasileiro na década de 70.

Para essa comunicação, em específico, escolhemos fazer o recorte sobre as disputas levadas entre os grupos internos no MDB no período de 1975-1978. Nessa legislatura Francisco Pinto, alcunhado Chico Pinto, um dos principais líderes do grupo, não se elegeu para deputado³, mas alguns dos *autênticos* ingressos em 1971 se reelegeram:

Jerônimo Santana (Rondônia), Paes de Andrade (CE), Marcondes Gadelha (Paraíba), Fernando Lyra (PE), Lysâneas Maciel e J.G. de Araujo Jorge (GB), Valter Silva (RJ), Fernando Cunha (GO), Santili Sobrinho e Freitas Nobre (SP), Carlos Cota e Fábio Fonseca (MG), Alencar Furtado (PR), Jaison Barreto (SC), Amauri Müller, Alceu Colares, Eloy Lenzi, Getúlio Dias e Nadir Rosseti (RS) e o senador Marcos Freire.⁴

Além desse grupo no MDB, havia mais dois outros fundamentais, os *adesistas* e *moderados*. O primeiro reconhecido na imprensa como àqueles políticos que se filiaram ao MDB para manter a linha de aliança com o governo. E os *moderados*, que embora, defensores da democracia tinham uma linha de ação moderada - como dizia o próprio nome, sem querer confronto com as forças militares.

Nos parágrafos seguintes os leitores verificaram uma breve abordagem sobre os conflitos dentro do campo partidário, onde os *autênticos* pelo objetivo de construir uma luta contra a ditadura disputavam politicamente e internamente o único partido oposicionista legalizado, o MDB.

O período do recorte temporal desta comunicação é o período que ficou conhecido como a “distensão lenta, gradual e segura”, do general Geisel, é no acorde deste projeto político que os deputados se depararam e se moveram da maneira possível.

Nossa fonte de análise é o jornal *Movimento* um semanário alternativo, fundado em meados de 1975, por um grupo de jornalistas e de deputados do MDB, com o propósito de fazer uma frente ampla de oposição ao regime militar, agrupando tendências variadas e comprometidas com um jornalismo de análise das “circunstâncias históricas do Brasil”.⁵

Nesse jornal, Francisco Pinto escrevia uma coluna chamada “Semana em Brasília”, nela encontramos críticas sobre o regime político, estratégias e leitura sobre a atuação do MDB enquanto uma frente democrática. E a partir do seu discurso e das notícias sobre os *autênticos* analisamos as tomadas de posição dentre do campo partidário.

A “distensão, lenta gradual e segura” e as disputas no MDB.

Uma questão geral se reflete sobre este trabalho de pesquisa que aqui trazemos algumas notícias, qual seja a relação dialética entre o Estado e a oposição no Brasil na época da ditadura, leitura compartilhada de Maria Helena Moreira Alves. Esta diz que o Estado ditatorial tinha um projeto inicial, só que este projeto se modificou no seu devir, resultado das oposições que sofreu. Pois, teve muitas vezes que se abster de partes do projeto de partida e recuar nas decisões em resposta às pressões das oposições que estavam nos mais diversos setores da sociedade civil e até dentro da própria política institucional.

Ainda segundo Moreira Alves a primeira etapa da institucionalização do Estado de Castelo Branco e Costa e Silva se dirigiam para montar as bases do governo com a elaboração da Constituição. A segunda fase de 1969-73 lançou-se na organização do modelo econômico e na prática da coerção. Já no período de Geisel a institucionalização corresponderia a estabilizar o regime a longo prazo, por isso, investir no consenso, com isso desenvolveu-se a teoria da “distensão”. O regime queria legitimidade com uma controlada ampliação da participação política. “A teoria da ‘distensão’ pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica (...) que pudessem cooptar setores da oposição”⁶. No entanto, esse projeto sofreu as imprevisibilidades, assim como a própria ação das oposições, num jogo dialético. E é nesse tom que entendemos a oposição legislativa.

Quando de seu anúncio, a distensão apareceu no cenário político como um enigma. José Bonifácio líder da Arena na Câmara chegou a dizer que o presidente não tinha dito tal palavra. Chico Pinto até debochou:

José Bonifácio (...) declarou em discurso da tribuna do Congresso, que o Presidente da República nunca falou em distensão. (...) Se falhou a memória de José Bonifácio, não falhou sua capacidade de prever o futuro próximo. Ótima profissão para o futuro, deputado.⁷

A distensão funcionou como um mecanismo para mitigar possíveis oposições ao regime em questão. O governo anunciou que para esse projeto de abertura política ser levada adiante dependeria muito mais da colaboração dos políticos do que do seu empenho. Em nome dela o MDB, mas exatamente a cúpula composta pelo setor *moderado* do partido, que decidiam os rumos partidários, resolveu recuar; evitar qualquer atitude mais contundente de enfrentamento com os militares. Por isso, frear as ações dos *autênticos* era também uma estratégia nesse conjunto de fatos.

A crença de que o presidente democratizaria o país, o crédito de confiança aberto a suas intenções, fez a oposição desistir, por exemplo de uma CPI dos direitos humanos, que a liderança do MDB considerou uma atitude passível de ser encarada como provocações e portanto capaz de atrasar a distensão gradual e segura.⁸

Os *autênticos*, pela sua ação objetivada de denúncia da ditadura haviam projetado fazer a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Direitos Humanos, sugestão de Lysâneas Maciel. A CPI dos Direitos Humanos seria um momento oportuno de fiscalização das tantas denúncias de desaparecimentos de presos políticos. Mas, Ulysses Guimarães presidente do partido e Laerte Vieira, líder do MDB na Câmara, impediram, justificando que o governo poderia desistir da abertura. A luta dos *autênticos* se esbarrava não só no impedimento de levar uma ação mais contundente, por parte dos militares, mas pela própria cúpula partidária.

Chico Pinto foi um cético quanto à distensão, na sua coluna “A Semana em Brasília” ele nos fala sobre “as estrelas da distensão” em alusão ao poema de Olavo Bilac. Diz ele: “queixava-me, à distância, a um velho sertanejo, sobre a incapacidade para ouvir estrelas”⁹, referindo-se ao romantismo de alguns para ouvir ecos do além.

Escrito metaforicamente, mecanismo de burlar a censura. Ele dizia que para ouvir estrelas era preciso ter paixão cega, coisa que ele não tinha: “é preciso apaixonar urgentemente. Todos, sem exceção. Só assim, poderemos ouvir, entender e acreditar na conversa das estrelas”¹⁰.

A “estrela” era a distensão de Geisel. Para Chico Pinto só quem escutava eram os séquitos apaixonados que nela acreditavam (como Ulysses Guimarães e o setor *moderado* da oposição). Nesse sentido, Chico Pinto criticou constantemente as posições adotadas pela cúpula *moderada*, que evitava uma ação de confronto dos deputados com os militares, em nome de uma suposta abertura – que além de tudo, manteve o Ato Institucional nº5.

Dizia Chico Pinto:

De 1971 até o ano de 1974, o Ato Institucional nº 5 foi moderadamente acionado, atingindo pouquíssimos detentores de mandatos populares e nenhum parlamentar. Daí a razão porque, o MDB, se diz surpreendido quando o AI-5 entra em ebulição, provocando vítimas e fulminando alguns dos seus integrantes (...) ¹¹

Assim, nesse confronto entre Estado e oposições, no caso na oposição parlamentar, os *autênticos* foram vítimas do AI-5, por denunciar corrupções, como se sucedeu com Nadyr Rosseti, Amaury Müller, Marcelo Gatto, Lysâneas Maciel e o próprio Chico Pinto no início do governo Geisel. E os *moderados* ainda se diziam

surpreender-se por isso, pois de 1971 a 74 foram menos cassações que no período da suposta abertura.

Além de denunciar o autoritarismo, os *autênticos* disputavam dentro do próprio partido espaço para fazer deste uma oposição mais consequente. Era necessário lutar contra as práticas dos *moderados*, que evitavam a ação de denúncia dos *autênticos* e fundamentalmente o desvio do partido pelos *adesistas*, que eram aliados ao projeto dos militares.

A Convenção Nacional de 1975 é um momento destas disputas, entre *autênticos*, *moderados* e *adesistas*, gerando diversos confrontos para concorrer aos cargos do Diretório Nacional e da Executiva, lugares que pela dinâmica de atuação do MDB eram deliberativos. Os *autênticos*, devido as suas relações de força contra os rumos que os *moderados* davam ao partido, disputavam por meio de aliança com esses para garantir alguns cargos. Lutar pelos cargos significava a conquista dos meios para fazer com que as ideias se tornassem práticas.

Os *autênticos* queriam caracterizar o MDB como um partido de real oposição e para isso era preciso fortalecer sua imagem na opinião pública e assim unir pessoas em torno do projeto de luta pela redemocratização. Disputar os cargos partidários seria o mecanismo para começar a direcionar o MDB para uma posição mais “coerente”, para os *autênticos*, coisa que o setor *moderado* não estava fazendo, pelo medo do confronto com os ditadores.

Francisco Pinto, por sua vez, sabendo da força do setor *moderado* dentro do partido, acreditava mesmo que o único meio para conseguir fazer do MDB uma frente de luta seria a adesão da população:

Brigam autênticos e brigam moderados. E por que não brigam para colocar no diretório lideranças de trabalhadores, líderes estudantis e religiosos, representantes das profissões liberais, artistas, intelectuais, camponeses, proprietários urbanos e rurais, professores universitários, enfim, quem possa refletir melhor e melhor traduzir, sem o isolamento de todas as correntes de opinião?¹²

Nesse mesmo sentido, o de garantir, os instrumentos de tornar uma prática efetiva dentro do MDB, fez-se a disputa pela liderança da Câmara, em 1977, entre o *moderado* Laerte Vieira e o *autêntico* Alencar Furtado. Havia uma queixa geral dos partidários que a cúpula emedebistas resolvia tudo à revelia dos liderados. Nesse momento, no entanto, a relação de força dos *autênticos* conseguiu com que Furtado ganhasse a liderança.

Isso significou mudanças para o partido, fundamentalmente porque era um momento oportuno, pois, o legislativo votaria o projeto de reforma do judiciário que até o momento só visava os aspectos técnicos sem tocar nos pontos políticos, como o estabelecimento do *Habeas Corpus* e da Magistratura. Ademais a antiga cúpula já havia fechado acordo com a Arena sobre a reforma, para aprová-la, nos seguintes termos:

(...) o MDB apresentaria sua emenda restabelecendo as garantias da magistratura e o Habeas Corpus pleno mas apenas para salvar as aparências; depois que estes pontos fossem derrotados pela maioria arenista, o partido continuaria em plenário para dar o quorum de dois terços necessários à aprovação da emenda à Constituição, permitindo assim a aprovação do resto da reforma.¹³

Mas com a vitória de Furtado o quadro mudou, houve reunião partidária para deliberar sobre a reforma, e depois de debates, o MDB fechou contra a reforma, mesmo Tancredo Neves advertindo que o momento era de cautela e não de ataque. (A decisão incluía a perda do mandato para o deputado que votasse contra, com base na fidelidade partidária).

Embora os jornais ameaçassem, anunciando que se o MDB mantivesse sua posição contra a reforma, o Executivo decretaria por Ato Institucional, os líderes da Arena também anunciava que este deveria rever sua posição para salvar o Congresso, o MDB manteve sua postura. O resultado foi o fechamento do Congresso, onde o Executivo assumiu o poder de legislativo e decretou o pacote de Abril.

Com isso ressurgiu a ideia de dissolução do MDB, pois os partidários se sentiam impotentes. Chico Pinto fez então uma análise das circunstâncias do MDB e de quem escolheu ele para lutar: “Um político não pode se deixar surpreender. Não deve fantasiar a realidade, nem é lícito iludir-se para revelar profundas decepções, depois. (...) A decepção é fruto de erros de cálculo, de vícios de observação e de desvios de análise”¹⁴.

A maioria do MDB compreende que se lhe deram a vida raquítica que não pediu, ao menos lhe resta a oportunidade de ser mercadejador de idéias. E se as idéias nascem da própria realidade objetiva onde se vive, elas gerarão novas vidas e novos contingentes engrossarão suas fileiras.¹⁵

Como todos os momentos, até nos mais difíceis, Chico Pinto defendeu o MDB, sabendo exatamente qual é o contexto de construção de luta, os limites dados e a tarefa duramente restrita do MDB.

Conclusão:

A luta contra a ditadura levada pelos *autênticos* era num espaço raquítico, como bem dizia Chico Pinto. Todavia, o MDB era o espaço mais seguro para se fazer oposição à ditadura, em comparação a tantos outros. Era possível se fazer denúncias, vincular ideias no Congresso, mas também era incerto o que aconteceria ao sair da tribuna, talvez a cassação estivesse pronta.

Mesmo assim foi um espaço possível de se construir como oposição, e os *autênticos* resolveram aproveitar, ocupar o espaço político disponível. O que nos levou a entender em mais amplitude que o *campo político* brasileiro na ditadura foi composto por uma diversidade de disputas. A ditadura mesmo como projeto vencedor no momento sofria constantes embates, até no próprio parlamento. Ao mesmo tempo fazia a coerção àqueles que a enfrentava.

Percebemos como os sujeitos que adentraram no MDB foram redesenhando este. Propondo projetos, disputando, sofrendo os constrangimentos, e pela mediação das forças, às vezes, também ganhando mais espaço. Chico Pinto nossa personagem central, com seus discursos, nos possibilita traçar uma visão sobre a luta e a leitura histórica de construção desta dentro do partido artificial, mas que de algum modo, agiu para derrubada da ditadura, e, sobretudo, analisamos como essa ruiu pelas intensas lutas sociais e políticas.

¹Flávia Amorim Souza; Mestranda pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB; E-mail: falmorim@hotmail.com.

² Conceito de Pierre Bourdieu (2010) que verifica na política uma disputa simbólica entre os políticos profissionais para definir os objetivos das vontades coletivas, dos rumos de um projeto político que se pretende vencedor nacional. BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*.

³ Foi cassado por pronunciar um discurso denunciando os crimes da ditadura do general Pinochet no Chile, sem ser processado antes das eleições foi impedido de concorrê-las.

⁴ *JORNAL MOVIMENTO*, 18/08/1975, p. 6.

⁵ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem de Carlos Azevedo*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984. p.185.

⁷ *JORNAL MOVIMENTO*, 18/08/75, p. 8.

⁸ *JORNAL MOVIMENTO*, 11/08/1975, p. 5.

⁹ *JORNAL MOVIMENTO*, 14/07/1975, p. 4.

¹⁰ *JORNAL MOVIMENTO*, 14/07/1975, p. 4.

¹¹ *JORNAL MOVIMENTO*, 05/04/1976, p. 2.

¹² *JORNAL MOVIMENTO*, 25/08/1975, p. 6

¹³ *JORNAL MOVIMENTO*, 04/04/1977, p. 5.

¹⁴ *JORNAL MOVIMENTO*, 18/04/1977, p.2.

¹⁵ *JORNAL MOVIMENTO*, 18/04/1977, p.2.